



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DILEMAS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MÚSICA

Everson Ferreira Fernandes

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte
eversonff@gmail.com*

Gislene de Araújo Alves

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte
gislene_artes@hotmail.com*

Flávia Maiara Fagundes

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte
flavia_moscou@hotmail.com*

Resumo: Este estudo apresenta alguns apontamentos e reflexões sobre a preparação/formação do professor para atuar no Ensino Superior desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caracteriza-se por pesquisa bibliográfica, no qual procuramos analisar a legislação vigente sobre a formação de professores, à docência assistida como meio de reflexão na ação do pós-graduando, e a formação do professor de música neste contexto. O intuito deste estudo é refletir sobre a formação do professor universitário, principalmente o professor de música no Ensino Superior.

Palavras-chave: Ensino Superior, Docência Assistida, Formação de Professores.

Introdução

Este estudo é resultado de trabalho final da Disciplina de Metodologia no Ensino Superior cursada no Programa de Pós-Graduação em Música na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo como referência alguns questionamentos construídos durante o processo de formação profissional quando iniciamos à docência no Ensino Superior. Trata-se de um estudo bibliográfico, nos quais foram analisados a legislação vigente sobre a formação do professor para atuar no Ensino Superior, trazendo alguns apontamentos para compreensão



dessa modalidade de formação, e em seguida trazer reflexões sobre a disciplina Docência Assistida como prática reflexiva-na-ação docente.

A formação de professores é um tema bastante discutido, e nele encontramos a docência universitária que tornou-se um dos temas mais discutidos nos últimos dez anos. Por este motivo, é conveniente, iniciar este texto, com uma breve explanação sobre a necessidade da formação docente voltada para este nível de ensino na história da educação brasileira.

No século XVII a necessidade da formação docente já era preconizada por Comenius e o primeiro estabelecimento de ensino voltado para essa finalidade teria sido instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, levando o nome de Seminário dos Mestres. No século XIX, após a Revolução Francesa, a questão do ensino, se torna institucional, tendo como foco a instrução popular (LIBÂNEO, 2010).

No Brasil, as universidades surgem no começo do século XIX. A primeira instituição de ensino superior brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920, na cidade do Rio de Janeiro e que contribuiu para a definição dos rumos da educação superior no Brasil. No período de 1930 e 1964, foram criadas no Brasil mais de 20 universidades federais. O surgimento dessas universidades, como a Universidade de São Paulo, em 1934, traz a contratação de um grande número de professores europeus, marcando assim o sistema público federal de educação. Neste período também surgem algumas universidades religiosas católicas e presbiterianas.

Em 1968, a educação superior brasileira entra no movimento de reforma universitária, neste contexto, impulsionou o desenvolvimento de cursos de pós graduação no exterior com o intuito de capacitar o corpo docente brasileiro. Na década de 90, com a Constituição de 1988 e a homologação de leis que passaram a regulamentar o ensino superior, este passa pela necessidade de flexibilização do sistema, melhoria das avaliações de ensino e da qualidade são tidas como metas principais (STALLIVIERI, 2006).

O final da década de 1990, seguindo orientações internacionais, as políticas públicas e as normatizações que passaram a determinar as relações entre Estado e universidade. A Lei



de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394) sancionada em 20 de dezembro de 1996, estabelece os parâmetros para a formação do docente no Ensino Superior, mas não deixa claro como deve ser realizado essa preparação do docente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 em seu Artigo 66 diz que:

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico (BRASIL, 1996).

O docente no âmbito do ensino superior deve ter competência técnica e domínio da área de conhecimento, no Art. 52 da Lei 9.394 (BRASIL, 1996) nos incisos II e III determina-se que as universidades serão caracterizadas por:

II um terço do corpo docente, pelo menos com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Diante das avaliações e políticas públicas, as universidades precisam seguir as novas demandas para manter o corpo docente de acordo com as exigências legais. O modelo de formação que vem norteando o magistério de nível superior, nos planos de carreira docente das instituições, a exigência de um perfil complexo do docente, no qual o professor assume diversas funções dentro da instituição entre ensino, pesquisa, extensão e outras atividades.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, fixa, em relação aos profissionais da Educação, diversas normas e exigências que orientam a formação profissional docente, como as finalidades e fundamentos da formação profissional, os níveis de formação, os cursos que serão mantidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES), a carga horária a ser destinada para a prática de ensino, a valorização e a experiência docente.

O ensino superior exige diversas competências do professor universitário que deverá desempenhar diversas atividades no ensino, na pesquisa e na extensão. Para exercer tal função o professor universitário necessita de uma preparação/formação profissional em curso de



mestrado e doutorado. Para tanto, se faz necessário que esses cursos de pós-graduação ofereçam uma preparação, não só para a pesquisa e extensão, mas também para a atuação na prática docente no ensino superior.

O professor de música no Ensino Superior

Com a Lei 11.769/2008, no qual a música passa a ser conteúdo obrigatório na Educação Básica, surgem no Brasil, o aumento da oferta de cursos superiores, licenciatura e bacharelado em música em todo o país, nas modalidades presencial e à distância. A totalidade de cursos ativos de licenciatura em Música no Brasil, segundo o MEC (2014), em relatório de instituições de ensino superior, apresenta cerca de cem e um cursos de licenciatura e bacharelado em estabelecimentos de ensino públicos e privados. Nos últimos seis anos houve um crescimento considerável de instituições que passaram a oferecer curso de licenciatura em música, as nomenclaturas são diversas (Educação Artística com habilitação em Música, Educação Musical, Música com habilitação em Educação Musical, Linguagens e Códigos – Música, Educação do Campo – Linguagens e Códigos/Artes e Música).

Neste atual contexto, o ensino superior de música no Brasil, passa a exigir mais dos professores universitários de música, não apenas nos cursos de graduação, mas também nos cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado em música. Os cursos superiores de música passam por avaliações sistemáticas, realizado pelo Ministério da Educação, que buscam verificar o corpo docente, a qualidade do ensino e infraestrutura oferecida nos cursos.

As discussões sobre a profissionalização docente, não implica apenas a formação e atuação do professor de música, mas a todo o sistema de ensino que possibilitará as devidas condições necessárias para a construção do conhecimento de forma significativa dentro de suas relações de formação profissional.



Os cursos de licenciatura em música têm por objetivo formar professores para atuar na educação básica, sendo assim, a formação dos professores para lecionar nos cursos superiores deveria ser feita em cursos de pós-graduação, segundo o Artigo 66 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) que diz: “que a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”. Existem críticas sobre este ponto, alguns autores acreditam que a formação do professor universitários não deveria ser deixada a cargo dos programas de pós-graduação, pois este não é o objetivo dos programas de mestrado e doutorado, o objetivo da pós-graduação é a formação de pesquisadores.

Os cursos de pós-graduação apresentam uma característica de formar professores especialistas em uma área de conhecimento e atuação, formando, primeiramente, o professor como pesquisador, não suprimindo a necessidade de formação deste docente para atuar no ensino superior.

A universidade é o local no qual o professor universitário exercerá suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, não se restringindo a essas funções, ainda exerce funções de coordenação/administração em níveis de ensino de mestrado e doutorado.

O professor universitário é responsável pela formação/preparação de futuros professores que irão atuar na educação básica de ensino, por este motivo o docente de nível superior precisa sentir-se preparado para atuar nessa modalidade de ensino, principalmente porque ele atuará em um campo complexo de saberes, em diversas instâncias dentro do sistema de ensino superior.

Docência no Ensino Superior: discussões sobre a formação pedagógica

A formação para o trabalho docente no ensino superior se dá sobretudo através dos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado. Nesses cursos há grande valorização do trabalho de pesquisa e da produção científica e intelectual, deixando muitas vezes a formação



didática em segundo plano. Os resultados de uma pesquisa realizada no ano de 2008 junto a professores da UFRN mostram que 61% dos professores pesquisados declaram não ter tido nenhuma formação docente para o ensino superior. Os demais, afirmam que sua formação advém de experiências pessoais, disciplinas de metodologia para o ensino superior, e de disciplinas cursadas nos cursos de licenciatura durante o período da graduação. Além disso, outras problemáticas relacionadas a formação e atuação do professor universitário são apresentadas no estudo.

[...] a exigência de produtividade intelectual e reprodução do conhecimento nem sempre acompanhada de uma autêntica criação do saber; uma burocratização exacerbada; o descaso com procedimentos relevantes à formação dos estudantes e à construção e/ou fortalecimento da identidade docente. Problemas que são a gênese de um clima de constrangimento e mal-estar entre professores em nossas universidades” (BALDI, 2010: p.169).

Nos programas de pós-graduação da UFRN, a disciplina metodologia do ensino superior, o Curso de Iniciação à Docência-CID e a docência assistida, são iniciativas que objetivam proporcionar uma formação pedagógica voltada para o ensino superior. Percebemos, portanto, que a formação pedagógica, apesar de ser considerada fundamental, ocupa somente uma pequena parte da carga horária nos cursos de pós-graduação.

A Disciplina de Docência Assistida

O programa de estágio docência na graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi criado no ano de 2010 segundo a resolução nº063/2010 com o objetivo de estabelecer e regulamentar a prática de estágio no ensino superior. Esse programa tem como principais objetivos a integração entre a graduação e a pós-graduação, envolvendo-os em atividades de ensino, garantindo que a formação do pós-graduando para a docência no ensino superior e contribuindo para a melhoria na qualidade de ensino na graduação (CONSEP, 2010).



O Curso de Iniciação à Docência

Para a realização da docência assistida, os alunos de pós-graduação participam do Curso de Iniciação à Docência-CID. O CID, aborda conteúdos relacionados a práticas, estratégia e metodologias de ensino voltadas para o ensino superior. O curso também objetiva orientar os pós-graduandos quanto a elaboração do plano de docência, do relatório final, e da atuação no componente curricular (carga horária, atribuições e funções dos professores e alunos).

Planejamento, Observação e Atuação

A elaboração do plano de docência assistida é realizada em conjunto com o professor titular do componente curricular escolhido. Nesse momento, o pós-graduando começa a entrar em contato com a forma de organização da disciplina, estudando a ementa, bibliografia e conteúdo programático. Segundo Leal (2000) o planejamento é um processo que exige organização, sistematização, objetivando garantir a eficácia da ação. Portanto, essa experiência de elaboração do plano pode desenvolver uma habilidade fundamental para a profissão docente: a capacidade de planejamento e organização. Esse momento também é destinado a prever as atividades que serão desenvolvidas pelo pós-graduando.

Diversas atividades podem ser realizadas com carga horária de no mínimo seis e no máximo doze horas semanais. Essas atividades podem ser realizadas em classe ou extraclasse: plantão de dúvidas, planejamento, seleção e elaboração de material didático, regência em aula, correção das atividades avaliativas, dentre outras. O acompanhamento, observação e atuação nas aulas da disciplina, coloca o pós-graduando em contato com a prática docente e com os alunos da graduação. Esse é um momento de troca no qual o professor regente desempenha o papel de referência e orientação, o pós-graduando contribui, auxiliando o professor regente e os alunos nas aulas e fora das aulas. É um momento muito enriquecedor para todos os envolvidos nesse processo.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A prática de observação e registro das aulas contribui para o desenvolvimento de um olhar reflexivo-avaliativo sobre a prática que foi planejada. Muitas vezes as aulas não ocorrem conforme o planejado, por isso, é importante a capacidade de adaptação e flexibilização do planejamento. Esse tipo de habilidade só é possível de ser desenvolvida quando, na prática, se observa os resultados das atividades propostas no planejamento.

A atuação à frente da turma, ministrando a aula, ainda que com a supervisão do professor titular, traz grande responsabilidade ao pós-graduando. É uma experiência fundamental para a formação docente pois através da prática, é possível desenvolver muitas habilidades e competências para a docência no ensino superior. Algumas dessas habilidades e competências só são desenvolvidas através da prática.

[...] os conhecimentos práticos do educador musical só podem ser desenvolvidos por meio de uma formação que enseje experiências concretas de ensino, orientando os processos de reflexão sobre as próprias práticas, sem secundarizar a importância dos conhecimentos musicais e pedagógicos (BEINEKE, 2012: p.199).

Como pós-graduandos, tivemos a oportunidade de realizar a docência assistida em uma turma do curso de licenciatura em música no componente curricular de Didática Musical. O componente Didática Musical é uma disciplina de fundamental importância para a formação dos licenciandos pois aborda as principais metodologias para o ensino de música, planejamento e avaliação em música e diversas estratégias de ensino-aprendizagem. Esta disciplina proporciona aos licenciandos, uma visão prática e teórica dos princípios que atualmente fundamentam a educação musical.

A metodologia utilizada na disciplina envolvia teoria, prática e reflexão através de aulas expositivas, realização de práticas e vivências musicais, seminários, leitura de textos produzindo fichamentos e resumos, trabalhos em grupo e outras atividades que buscavam sempre contemplar a reflexão-ação. Nesse processo de formação docente a reflexão e a prática são aspectos fundamentais. Segundo Schön (1983, 2000) a prática docente se fundamenta:

1. “Conhecimento na ação” saber fazer orientando a ação;



2. “Reflexão na ação” pensamento sobre a ação no momento da ação;
3. “Reflexão sobre a ação” pensamento sobre a ação depois da execução.

Percebemos que a atividade de Docência Assistida possibilita a vivência desses três aspectos apresentados por Schön. Através da participação do CID, vivenciamos a preparação para o conhecimento “na ação”. Na elaboração do plano de docência assistida, observação, registro e atuação, vivenciamos e atuação a reflexão “na ação”. Quando fazemos o relatório, vivenciamos a reflexão “sobre a ação”.

A experiência de estudar, planejar e aplicar os conhecimentos através das atividades proporciona cada vez mais a apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades. A interação, a capacidade de se relacionar com o professor e alunos da turma, segurança ao conduzir as aulas, capacidade de adaptação das atividades planejadas ao tempo são algumas dessas habilidades desenvolvidas na prática da Docência Assistida. Constatamos a grande importância dessa atividade na preparação e formação pedagógica dos futuros professores do ensino superior. A qualidade dessa formação, implicará diretamente na formação do licenciandos, futuros professores que atuarão em diversos contextos e influenciarão a melhoria da sociedade.

Considerações Finais

De acordo com os estudos realizados, podemos perceber que a formação docente voltada para o âmbito do ensino superior, é um campo de pesquisa que carece de mais reflexões e transformações, principalmente acerca da formação pedagógica do professor universitário. Apesar das atividades e disciplinas voltadas para a formação docente, a maior parte da carga horária dos cursos de pós-graduação, é destinada as disciplinas e atividades que priorizam a pesquisa.

O CID e à Docência Assistida da UFRN são iniciativas que buscam fortalecer a formação pedagógica do docente universitário, pois abordam conteúdos referentes a estratégias,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

metodologias e possibilitam uma vivência prático-reflexiva por meio da elaboração de planos e relatórios. Esperamos que este trabalho possa contribuir para futuras pesquisas que tratem da docência no ensino superior, pois destacamos aqui a importância da prática-reflexiva, como também a docência assistida como iniciativas para a transformação do sistema educacional como um todo, uma vez que, consideramos o professor universitário uma importante referência na formação de futuros professores que atuarão na educação básica.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Referências

BALDI, Elena Mabel Brütten. **A docência no ensino superior: perspectivas e imagens.** Revista portuguesa de pedagogia, ano 44-1, 2010, p. 169-193.

BEINEKE, Viviane. A reflexão sobre a prática na pesquisa e formação do professor de música. **Cadernos de pesquisa** v.42 n.145 p.180-203 jan./abr. 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

CNE. Resolução CNE/CES 2/2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de março de 2004, Seção 1, p. 10.

LEAL, Regina Barros. Planejamento de ensino: peculiaridades significativas. **Revista Iberoamericana de educación.** Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/1106Barros.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

_____. Relatório de Consulta Pública. Ministério da Educação - MEC, 2014. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>, acessado em 04 de setembro de 2014.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica. **Ciência e Educação**, v. 5, n.2, p. 81 – 90, 1998.

SAVIANI, D. A Nova Lei de Diretrizes e Bases. **In: Pro-Posições**, Campinas, n. 1, p. 7- 13, mar. 1990.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

THOSCHI, Mirza Seabra; LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação Escolar** – Políticas, Estrutura e Organização. 10ª Edição, Editora Cortez, 2011.

UFRN, **RESOLUÇÃO No 063/2010-CONSEPE**, de 20 de abril de 2010.